



Holocausto e silêncio em (dis)curso

Holocaust and silence in (dis)course

DOI 10.20396/lil.v26inesp.8671211

Maria Cleci Venturini¹

UNICENTRO/UFPR

Resumo

O Holocausto em (dis)curso engendra movimentos de sentidos pelo silêncio em sua relação com a incompletude da linguagem. A história e a memória do Holocausto não prescindem das palavras, as quais “são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (ORLANDI, 2002, p. 14). Assim, dizer Holocausto ou Shoah não é indiferente aos sentidos, tendo em conta que a designação de acontecimentos convoca, reorganiza e faz trabalhar domínios de memória (PÊCHEUX, 2002). A designação instaura redes de memória a partir de sujeitos interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Tais redes podem silenciar/encobrir/apagar ou presentificar/destacar parte da memória e da história, enfim, dar encaminhamentos para o que é dito e para o que é silenciado. Diante disso, perguntamos: como, nesse discurso, “o calar” e “o gritar” constituem efeitos de sentidos, enquanto (dis)curso, “a palavra em movimento?” (ORLANDI, 1999).

Palavras-chave: Silêncio, Discurso, Holocausto, Lugares, História.

Abstract

The Holocaust in (dis)course engenders movements of the senses through the silence in relation to the incompleteness of language. The history and the memory of the Holocaust do not do without words, which "are crossed by silence; they produce silence; silence speaks for them; they silence" (ORLANDI, 2002, p. 14). Thus, saying Holocaust or Shoah is not indifferent to the meanings, considering that the designation of events summons, reorganizes, and makes memory domains work (PÊCHEUX, 2002). The designation establishes memory networks based on subjects interpellated by ideology and crossed by the unconscious. Such networks can silence/cover up/delete or presentify/highlight part of memory and history, giving directions to what is said and what is silenced. Therefore, we ask: how, in this discourse, "the silence" and "the shout" constitute sense effects, as (dis)course, "the word in movement?" (ORLANDI, 1999).

Keywords: Silence, Discourse, Holocaust, Places, History.

¹ Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pós-doutorado sênior pela Universidade de Coimbra. Docente na UNICENTRO e na UFPR.



Se ao falar sempre afastamos sentidos indesejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala”. (ORLANDI, [1992], 2002, p. 160)

Das considerações iniciais e das tomadas de posição

A comemoração/rememoração dos trinta anos da obra *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*, de Eni Orlandi, constitui-se como acontecimento que não é indiferente aos sentidos de um Brasil grávido de silêncios, de orçamentos secretos, de não-ditos e de silenciamentos travestidos de democracia. O quadro social, político e histórico brasileiro, especialmente, entre os anos 2016 a 2022, reclama sentidos sobre sujeitos, suas práticas não-hegemônicas e sobre a resistência. O que está silenciado, nesse quadro político e social, que não é novo, aproxima-se em muitos aspectos do acontecimento mais conhecido como Holocausto, no que tange à manipulação que aprofunda preconceitos, injustiças, violências e divisões em uma sociedade desigual.

Nessas condições de produção, é sempre necessário rememorar/comemorar Eni Orlandi, suas pesquisas e a obra *As formas do silêncio*, que resultou desses trabalhos e contribuiu para o avanço da Análise de Discurso como teoria. Orlandi (2002, p. 11) dividiu com pesquisadores da AD e com seus leitores a dificuldade de colocar-se “na relação entre o dizível, com o indizível”. Nessa relação, destaca que se corre o risco de “não saber caminhar entre o dizer e o não-dizer”.

Em 2022, transcorridos trinta anos é possível dizer que o silêncio no movimento dos sentidos continua a instaurar efeitos e a sustentar que o fora da linguagem “não é o nada mas ainda sentido” (ORLANDI, 2002, p. 13). A autora destaca com esta afirmação a incompletude da linguagem e as práticas languageiras que se desenvolvem na relação do imaginário com o real com vistas a “apreender a especificidade da materialidade do silêncio, sua opacidade, seu trabalho no processo de significação” (p. 16).

Delimitamos para este texto reflexões sobre Holocausto e silêncio em (dis)curso, destacando que grafamos o – DIS - separado do curso e entre parênteses, tomando, a princípio, a relação do discurso com percurso, com movimento a partir de Orlandi (1999). Vimos, ainda, que pelo prefixo -DIS ressoam efeitos de sentido de perturbação (VENTURINI,



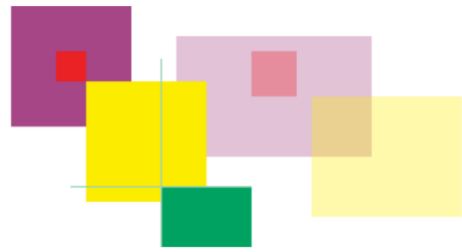
2022), tendo em vista que o discurso agrega aos dizeres e saberes a interpelação ideológica de sujeitos, suas tomadas de posição e condições de produção em sentido estrito e amplo (ORLANDI, 1999).

Tomamos como espaço de interpretação as palavras e, conforme nos ensina Pêcheux (1997, p. 160), os sentidos das palavras não existem na literalidade significante, eles resultam “das posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”.

Para fins de organização, propomos discutir em uma parte inicial o silêncio a partir de Orlandi (1992, 2004), enfocando a designação, tomando como referência Guimarães (1992, 2003, 2015). O autor, na perspectiva da Semântica do Acontecimento destaca a ocorrência da designação no acontecimento enunciativo e, por nossa filiação teórica, acrescentamos: no discurso. Desse lugar teórico, discutimos as redes de memória que o nome Holocausto e a Shoah convocam, reorganizam e fazem trabalhar em distintos domínios de memória.

Após, enfocamos a designação Holocausto², trazendo a Shoah e, com menos ênfase, a designação Churban, referida por historiadores e estudiosos do Holocausto. A ancoragem para a nossa tomada de posição centra-se em Orlandi (2002, p. 17), quando destaca “a remissão de palavras para outras palavras” e enfatiza que “todo o discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras”. No que concerne aos dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, neste texto propomos uma questão e entrelaçamos considerações teóricas acerca da noção designação com vistas a analisar/compreender as redes de memória instauradas por ela, perguntando pelo modo como o nome, enquanto designação, direciona os sentidos, filiando os discursos a domínios distintos.

² Grafamos, em todo o texto, as palavras Holocausto, Churban e Shoah com a letra inicial maiúscula, tendo em vista que, de acordo com Guterman (2020), se trata de nomes oficiais para o acontecimento catastrófico, em tela.



Holocausto e silêncio: palavras, designação e movimento de sentidos

O infeliz termo “Holocausto” (frequentemente escrito com H maiúsculo) origina-se dessa inconsciente exigência de justificar a morte *sine causa*, de atribuir sentido ao que parece não ter sentido [...]. (AGAMBEN, 2008, p. 37)

Nesta seção, trazemos o silêncio a partir de Orlandi (2002) para empreender um percurso que dê visibilidade aos funcionamentos discursivos dos modos de estar na linguagem, de dimensionar os não-ditos, de compreender e de identificar a resistência no não-dizer. Recortamos as designações Holocausto e Shoah na perspectiva discursiva, entendendo-as como designações que movimentam/estabilizam/rompem com memórias e instauram equívocos e contradições no discurso sobre o acontecimento nazista, buscando o que ele ‘cala’ e ‘grita’. Entendemos que o calar e o gritar são instâncias da linguagem, efeitos do silêncio, que instaura a resistência, nem sempre visível e linearizada no intradiscurso.

Assim, as discussões empreendidas por Orlandi (2002) em torno das formas do silêncio no movimento dos sentidos têm como fio condutor a palavra que é atravessada de silêncios, produz silêncio, sendo ela mesma silêncio. É importante, dentro desse recorte, destacar o compromisso de Eni Orlandi com o discurso. Ao abordar o silêncio como constitutivo das práticas languageiras a autora “atesta o movimento do discurso que se faz na contradição entre o “um” e o “múltiplo”, o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia” (ORLANDI, 2002, p. 17). A pesquisadora não destaca letras, sons ou fronteiras, mas o discurso, “a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento [...] a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 1999, p. 15).

Nessa perspectiva, o silêncio não significa ausência do som, mas não-ditos, memórias e discursos que retornam e domínios de saber que as palavras convocam e, como nos ensina Pêcheux (2002, p. 19), fazem trabalhar o acontecimento “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e já começa a reorganizar”. As discussões empreendidas, neste texto, incidem sobre as palavras Holocausto e Shoah como nomes investidos de silêncios, de memórias e, também, de outros discursos que ‘calam’, ‘gritam’ por sentidos, muitas vezes, interditados ao dizer.



A noção designação, em seu funcionamento discursivo, dá visibilidade à repetibilidade, definida por Indursky (2011) como o processo pelo qual retornam memórias e discursos; ao movimento das palavras em discursos outros e à historicidade de que elas estão investidas, inscrevendo-as em domínios de memória. A repetibilidade abre para a interpretação, como gesto e como tomada de posição. Nesse movimento, é importante destacar que dizer Holocausto ou Shoah significa falar *de* e dizer *de*, recortando acontecimentos históricos e discursos que circularam antes e que sustentam a interpretação. Pelo discurso acontecimentos trágicos como esse continuam a latejar e a repisar dores e medos, entendendo, juntamente com Orlandi (2011, p. 38), que as palavras “nos dizem” e, acrescentamos: ‘nos silenciam’.

Holocausto e Shoah nomeiam, contraditoriamente, acontecimentos permeados por silêncios, por apagamentos, por redirecionamentos, por trajetos e, também, por redes de memórias constituídas por repetições e memórias. Enfim, por discursos que circularam antes em outros lugares, como pré-construídos (PÊCHEUX, 1997). As designações, entendidas como nomes investidos de memórias, de outros discursos e de historicidade materializam-se por palavras e as palavras ajudam a compreender que “há um modo de estar no silêncio, que corresponde a um modo de estar no sentido, e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio” (ORLANDI, 2002, p. 4).

Além de inomináveis, o Holocausto e também a Shoah dão nome a um dos acontecimentos mais trágicos e polêmicos do século XX e, talvez um dos falados e repetidos por autores de distintas vertentes teóricas e em diferentes campos disciplinares. O efeito de sentido é de que repisamos o mesmo, sem o diferente, saturando o discurso, constituindo efeitos de unanimidade, sem silêncio, sem silenciamento e sem censuras. Discursivamente, dizemos, trazendo Orlandi (2002, p. 90), que esse acontecimento “trabalha nos limites do já-dito do interdiscurso”, constituindo-se por meio de designações. Quando se pensa Holocausto e silêncio, ressoando a Shoah, a questão que se impõe é: como, nesse discurso, “o calar” e “o gritar” constituem efeitos de sentidos, enquanto (dis)curso, “a palavra em movimento?”

Trazer a palavra em movimento implica referendar a não-neutralidade do discurso, especialmente, os que presentificam e discutem acontecimentos polêmicos, como o Holocausto. Nesse acontecimento em (dis)curso, ressoam memórias e práticas anteriores a Hitler e à Segunda Guerra Mundial, sendo imperativo considerar interesses ideológicos e memoriais, os quais, conforme Robin (2016), muitas vezes, ‘purificam’ e ‘falsificam’ a história.



Tal mecanismo se faz na tentativa de ‘gerenciar’ os sentidos, silenciando as determinações históricas, as condições de produção, o sujeito e as suas filiações (ORLANDI, 2004, p. 43).

A palavra em discurso “afeta e corrompe o princípio da univocidade na língua”, de acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) pelo que não está nela, pelo que é silenciado e instaura a falha/falta. A palavra em (dis)curso rompe com a linearidade e instaura o equívoco que “aparece, exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua toca a história”, afetando ao mesmo tempo o real da história e o real da língua.

Podemos destacar, portanto, que pela designação Holocausto ressoa o que é silenciado quando não se diz Churban ou Shoah e se convoca o religioso. Agamben (2008) ressalta a impossibilidade de vincular altares e fornos crematórios, o sacrifício no fogo e o Holocausto bíblico. Tais vinculações, de acordo com o autor, são inaceitáveis, apesar de ser difícil evitar que se constituam redes de memória e relações entre ditos e não-ditos e entre discursos que ressoam entre altar, fornos crematórios e extermínio de judeus. Essa designação oficial instaura silêncios por destacar o massacre de seis milhões de judeus, incluindo mulheres, crianças, e não referir aos ciganos, aos homossexuais, aos deficientes físicos, aos negros e a outros grupos minoritários, apesar de que, nas condições de produção da Segunda Guerra Mundial, esses sujeitos se constituam como minoritários e vulneráveis.

Para Agamben (2008) e Guterman (2020, p. 24) designar o genocídio alemão de Holocausto significa redizer “o termo grego “*holokauston*”, “derivado do hebraico “*olah*” que se refere à oferta de sacrifício a Deus pelo fogo”. Essa designação mistifica o acontecimento e dá visibilidade, também, a partir do discurso religioso, de acordo com Rees (2018), aos judeus como inimigos, como culpados por todos os problemas da Alemanha. A designação, em tela, sustenta-se no antissemitismo, que de acordo com Rees (2018) remonta a centenas de anos, à emergência do cristianismo, quando é silenciada a origem judaica de Jesus e são destacadas certas passagens da Bíblia que ampliam a oposição dos judeus a este, **narrativizando** episódios de violência e de rejeição.

Tendo em conta a significação do Holocausto como acontecimento indecifrável, recorrente, investido por ideologias e por outros discursos, esse evento definiu o século XX, tornando “obsoletas todas as formas de representação disponíveis para a sua compreensão” (GUTERMAN, 2020, p. 102). A sua identificação e a sua inscrição como discursividade, na



relação entre ditos, não-ditos e a exterioridade desse acontecimento, passaram a ter o nome oficial de Holocausto, sendo referido como Churban (mais raramente) e Shoah, sendo que Holocausto e Shoah, muitas vezes, são usadas como sinônimas, filiando-se ao discurso religioso. Na perspectiva discursiva, a designação constitui redes de memória, pela construção simbólica e imaginária do acontecimento, em seus desdobramentos políticos, sociais e memoriais.

Conforme Venturini, Teixeira e Tafuri (2021, p. 192), as palavras “tecem discursos” e, considerando esse tecer, perguntamos, juntamente com Petri (2020, p. 37), o que pode uma palavra? A autora responde que a palavra “pode ferir e pode curar” e que esses efeitos de sentido “da palavra sobre o sujeito se realizam pelo funcionamento da ideologia, de acordo com o direcionamento que os sentidos ganham”. Por tudo isso, entendemos o acontecimento designado Holocausto como um “facto histórico tão inimaginável, incompreensível e difícil de explicar que a forma de nomear é, necessariamente, tudo menos consensual”, de acordo com Correia (2022, s.p.)³.

A referência à palavra Holocausto e às memórias que ressoam por ela foi tratada em diferentes campos teóricos e autores, citados ao longo do texto. De acordo com Guterman (2020) em “O Holocausto e memória”, esse evento foi em grande parte espetacularizado e minimizado e, talvez por isso, não comporte a real dimensão do massacre, entendendo ser mais fácil filiá-lo ao discurso religioso e ao mistério do que à história. As produções midiáticas, de acordo com o autor, silenciaram as práticas de redução dos judeus à condição de animais, nos campos e guetos, destacando que os nazistas contavam com a aniquilação dos judeus e com o fato de que os animais não têm memória, eles apenas buscam a defesa e a manutenção da vida.

Primo Levi (1990, p. 7-8) refere à condição de animalização dos judeus e ao modo como, nesses lugares, os membros da SS se divertiam, avisando que ninguém acreditaria nos testemunhos de judeus e que as provas do confinamento e das condições animaiscaas imputadas a eles seriam destruídas. Conforme Levi (1990), os nazistas entendiam que os

³ Texto na íntegra disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/churban-holocausto-e-shoah-ou-da-dificil-nomeacao-14970076.html>, acesso em 03 de set. de 2022.



historiadores poderiam realizar investigações, mas não teriam certeza e nem as provas que atestassem verdades.

Guterman (2020) designa o acontecimento no livro escrito por ele de “Holocausto e memória” e destaca que essa foi uma decisão cômoda por várias razões. A principal é por ser o nome mais conhecido desse evento da Segunda Guerra Mundial e, depois, porque a cultura popular consolidou essa designação, por meio de redes de memória, considerando as produções cinematográficas, que transformaram o evento em sucesso. No entanto, o que está silenciado, de acordo com o autor, é a aproximação desse processo e sua narrativa às catástrofes bíblicas. Essa aproximação indica, para uma parcela de sujeitos, a única maneira de resolver um problema crucial da história do Holocausto. Já que somente o misticismo e o mistério colocam em suspenso uma explicação para o inexplicável. A falta de um nome ou uma designação que encaminhe para uma explicação lógica agrava-se com a acusação de parte da formação social em torno do progresso científico e a sua contribuição para a técnica da morte em escala industrial. Pode-se destacar em torno disso “a sociedade de massas que transformou milhões de homens e mulheres em ‘seres descartáveis’” (PÊCHEUX, 2011, p. 77).

A designação Holocausto filia o discurso a domínios do conhecimento e, dessa forma, ‘tenta’ gerenciar sentidos e estancar a pluralidade interpretativa e a compreensão de que os sentidos sempre podem ser outros, como nos ensina Orlandi (2004). Esse mecanismo de direcionamento da interpretação e da compreensão silencia a liberdade de os sujeitos poderem transitar por diferentes posições, naturalizando a violência, a dominação e a animalização, especialmente, os judeus.

Shoah, Churban e Holocausto filiam-se ao discurso religioso, ao misticismo, por ser a única de forma de fugir de explicações e de aceitar como mistério o acontecido. Pela palavra Churban, enquanto designação, ressoa a expiação e a destruição, referindo às duas destruições do templo de Jerusalém, conforme Guterman (2020, p. 27). Por essa designação constituem-se efeitos de que a morte de seis milhões de judeus funcionaria como “uma terceira tragédia judaica, depois da destruição, duas vezes, do templo de Jerusalém”. Essa destruição transforma o genocídio em castigo e as vítimas em culpadas, inocentando os algozes. Trata-se da simplificação de um acontecimento complexo, que escapa à história, conforme o mesmo autor.



A designação Shoah significa catástrofe em hebraico e instaura redes parafrásticas entre pecado e punição, retornando do livro de Jó, em que Deus submete os homens inocentes a provações. Essa designação, de acordo com Guterman (2020) foi se transformando e perdendo com o tempo o caráter religioso, restando o aspecto histórico, que agrega ao discurso à dimensão de tragédia que atingiu não só o povo judeu, mas toda a humanidade. O documentário Shoah (1985), realizado pelo cineasta Claude Lanzmann, fez circular essa designação, tornando-se um marco na narrativa do Holocausto, “a ponto de ser incorporada ao léxico francês para se referir especificamente ao massacre dos judeus europeus” (GUTERMAN, 2020, p. 27).

Holocausto, Churban e Shoah são designações que se configuram como tentativas de nomear o acontecimento que se inscreve nos limites da história por ser inexplicável e por não dar a dimensão dramática e desumana das práticas nazistas contra os judeus. A legitimação das designações constitui-se por narratividades relacionadas ao interdiscurso e a sujeitos, de acordo com Orlandi (2017), constituindo-se como uma forma de contar-se, de dar-se a ver, diante de ‘memórias insuportáveis’ (GUTERMAN, 2020), do compreensível, humanizado.

As três designações sinalizam que o antissemitismo se aprofunda devido a religiosos que continuam a destacar o povo judeu como ‘pérfido’, negando a eles, em muitos países e nas condições de produção do Holocausto, o direito de possuir terras e de exercer determinadas profissões. Essas proibições deixaram de ter vigência após a Revolução Francesa, quando da promulgação da Declaração dos Direitos do Homem, em 1789, promovendo mudanças na sociedade alemã. De acordo com Guterman (2020), as mudanças incluíram questões de identidade e de legitimação, colocando em pauta a natureza cultural e espiritual da nação. Uma das perguntas era: o que é ser alemão?

A questão colocada em tela, novamente, os judeus como inimigos da nação, malditos, usurários, egoístas, culpados por todas as desgraças do país, como povo que não contribuiu para com a nação alemã em milhares de anos. A designação Holocausto encaminha para redes de sentidos no domínio do religioso “como aquele em que que faz ‘falar a voz de Deus’” (ORLANDI, 2022, p. 30), e essa é uma das formas de silenciar determinados efeitos de sentidos e de destacar outros.

No que tange à manipulação ideológica, há que se destacar a propaganda alemã, protagonizada por Joseph Goebbels, que se transformou em “permanente e preventiva



instalada no interior da paz social, dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (PÊCHEUX, 2011, p. 74). Mobilizada como um mecanismo de convencimento, a propaganda difundiu discursos contra os judeus e os cidadãos alemães os elegeram como inimigos, sem questionamento. Outro mecanismo para convencer era trabalhar com a técnica da propaganda, centrada na premissa de que o homem é um animal influenciável (idem, p. 77).

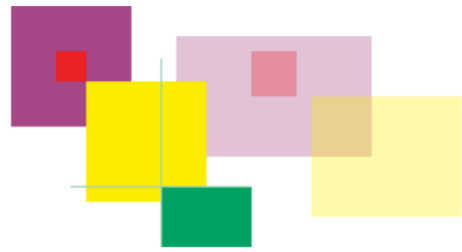
Assim, as designações Holocausto e também Shoah ligam ao discurso religioso, destacando a ‘condição judaica’, apesar de o preconceito pautar-se em raça e não em religião. Guterman (2020, p. 8) diz que também o livro “Holocausto e memória” foi escrito a partir do silêncio, especialmente, daqueles que sobreviveram aos campos de concentração nazistas – campos da morte – e não conseguiam relatar as suas experiências e as dores que “escapam à compreensão humana”. Esse silêncio é constitutivo e significa porque não há como as palavras dizerem dele, indicando, muitas vezes, a impossibilidade mesma de dizer. Esse impedimento envolve “situações incompreensíveis, extremamente dolorosas ou moralmente abjetas, seja porque há o imenso fardo da culpa de ter sobrevivido, enquanto toda a família pereceu” (GUTERMAN, 2020, p. 9).

A conclusão (im)possível diante do/no silêncio e Holocausto

A memória do Holocausto que tinha sido um fardo reservado aos judeus sobreviventes e suas famílias, torna-se algo comum, disseminado em todos os lugares do discurso social, torna-se banal, um emblema da cultura ocidental que até mesmo se mundializa (ROBIN, 2016, p. 234-5).

A questão proposta para este texto foi: como, nesse discurso, “o calar” e “o gritar” constituem efeitos de sentidos, enquanto (dis)curso, “a palavra em movimento?” Orlandi (1999, p. 13). As reflexões realizadas ao longo do texto sinalizam que o silêncio aponta para fora da linguagem e representa a respiração (o fôlego) da significação, como tentativa/desejo de significar também o que escapa aos sentidos e à interpretação.

O silêncio de muitos dos sobreviventes permanece constituindo efeito, diante dos “traumas insuperáveis” que os limites da capacidade humana bloqueiam e calam. A rememoração do acontecimento traumático impede o conhecimento da real dimensão do Holocausto e impossibilita a reconstituição do genocídio pelo testemunho dessa parcela de



sobreviventes. Conforme Agambem (2008, p. 43), “a testemunha comumente testemunha a favor da verdade e da justiça, e delas a sua palavra extrai consistência e plenitude”.

Diante da impossibilidade da plenitude da verdade e da justiça, o Holocausto constitui-se como um silêncio e o testemunho passa a valer, essencialmente, por aquilo que nele falta. Assim, os argumentos que sustentaram o Holocausto como acontecimento alicerçam-se na base cristã e no preconceito racial, em uma sociedade dividida em uma escala de raças (negros, amarelos e brancos), colocando a raça branca como superior, de acordo com Guterman (2020), no topo. Desse discurso, ressoam como lição, que vem da história, as memórias e os discursos que sustentam outros discursos, especialmente, aquele em que todas as civilizações derivam da raça branca.

Há a negação das divisões por raças e por religião, mas as divisões ressoam pelas designações Holocausto, Churban e Shoah, que significam pelo que retorna de discursos do domínio do religioso, instaurando redes tais como: sacrifício (Holocausto), destruição (Churban) e catástrofe e pecado (Shoah).

Por esses mecanismos, os sentidos se constituem pela narratividade de um acontecimento sem sentido, minimamente presentificado por meio das testemunhas “que apelam para a abstração, já que as explicações racionais seriam insuficientes” (GUTERMAN, 2020, p. 31). O que ‘resta’ para esses sujeitos são traumas, esquecimentos, medos e, também, resquícios decorrentes da condição de animalidade que lhes foi imputada.

O que o discurso sobre o Holocausto cala e grita? Esse discurso cala e grita a alienação, a dominação do povo alemão pela palavra, pelo discurso de preconceito, a divisão da humanidade em negros, brancos, amarelos, colocando a raça ariana como superior. Cala e grita fortemente a falta de argumentos para que os judeus fossem vistos como pérfidos, sem dar contribuição para o progresso, sendo que esses sujeitos exerciam, após 1789, profissões de prestígio, destacando-se a medicina, o direito e o comércio de sucesso, mas esse espaço de liberdade lhes custou bastante caro.

Por fim, GRITA e GRITA a dominação, a religião como forma de alienar as massas, de segregar, de dividir. Grita, ainda, um líder que não assume suas posições, que diz, sem dizer, que aprisiona e manipula os cidadãos, a ponto de silenciarem diante do “ódio infinito” contra o povo judeu.



Por fim, as designações Holocausto, Churban e Shoah têm em comum a relação com acontecimentos do religioso, tendo em vista que pela história não há como sustentar o vivido, o que ocorre pelo testemunho, que depende de sujeitos e de seus traumas, seus atravessamentos do inconsciente e suas interpelações ideológicas. As três designações constituem redes em torno do massacre de judeus e outras populações minoritárias, das práticas religiosas e de resistência desses sujeitos. Por essas designações OUVRE-SE os silêncios, as censuras e a falta de liberdade, de humanidade.

Referências bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

CORREIA, Margarita. Churban, Holocausto e Shoah ou da difícil nomeação. Disponível em <https://www.dn.pt/opiniao/churban-holocausto-e-shoah-ou-da-dificil-nomeacao-14970076.html>, acesso em 03 de set. de 2022.

GADET, Françoise, PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. O discurso na história da Linguística. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. Terra de Vera Cruz, Brasil. **Origens & identidades**, n. 4, jul. a ago., 1992, ano 86, Vol. 86 (LXXXVIII). Cultura Vozes, São Paulo, 1992.

GUIMARÃES Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2003.

GUIMARÃES Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Revista Fragmentum**, n. 40, jan. a mar. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015, 49-68.

GUTERMAN, Marcos. **Holocausto e memória**. São Paulo: Contexto, 2020, livro digital.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda, MITTMANN, Solange, LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Memória e histórica na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5 ed. Campinas. SP: Editora da UNICAMP, 2002.

ORLANDI, Eni. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavras e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDURSKY, Freda, MITTMANN, Solange, LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (Org.). **Memória e histórica na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 37-54.

ORLANDI, Eni. **Eu, Tu, Ele: discurso e real da história**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi (et al.). 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.



PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda mesmo que você disse?”. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 2011, p. 73-92.

PÊCHEUX, M. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PETRI, Verli. O que pode uma palavra? Reflexões sobre a história da palavra dicionarizada produzindo efeitos de sentidos na contemporaneidade. In: PETRI, Verli (et al). **Dicionários em análise**: palavra, língua, discurso. Campinas, SP: Pontes, 2020, p. 37- 62.

REES, Laurence. **O Holocausto**: uma nova história. Trad. Luis Reyes Gil. 1 ed – São Paulo: Vestígio, 2018.

VENTURINI, Maria Cleci; TEIXEIRA, Maria Cláudia; TAFURI, Leandro. Memória e história em (dis)curso: deslizamentos, rupturas e equívocos da palavra quarentena. In: PETRI, Verli et al. (Orgs.). **Ditos e não-ditos**: discursos da, na e sobre a pandemia. São Paulo: Pontes, 2021, p. 191-217.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e Memoriais em (dis)curso para além da história e do patrimônio. **Diálogos pertinentes**: Revista Científica de Letras, v. 18, nº 2, pp. 9-23, 2022 (no prelo)